

Um olhar pela perspectiva decolonial para *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto

A look from the decolonial perspective to *Clara dos Anjos*, by Lima Barreto

Ana Carolina Ribeiro*

*Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina - PR, 86057-970,
e-mail: carolribeiro@uel.br

Resumo: Este estudo propõe uma reflexão sobre o romance *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, pela via da estética decolonial. Para isso, busca respaldo nas teorias sobre o tema a partir do conceito de “colonialidade”, apresentado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992); e pela proposta da “opção estética decolonial”, apresentado pelo crítico literário argentino Walter Mignolo (2012). A partir do recorte de fragmentos do romance, identificou-se na leitura aqui proposta as mazelas da colonialidade como um aspecto que permeia a narrativa em diversas esferas. Para além da ficção, entendeu-se que a obra denuncia as condutas sociais de seu tempo, estigmatizadas pelo projeto político colonial ao qual o Brasil fora submetido. Por fim, considerou-se a importância do reconhecimento da obra de Lima Barreto na atualidade, uma vez que a colonialidade, enquanto projeto de dominação pelo imaginário social, continua em andamento.

Palavras-chave: *Clara dos Anjos*; Estética decolonial; Colonialidade.

Abstract: This study proposes a reflection on the novel *Clara dos Anjos*, by Lima Barreto, through decolonial aesthetics. For this, it seeks support in the theories on the subject from the concept of "coloniality", presented by the peruvian sociologist Aníbal Quijano (1991); and the proposal of the "decolonial aesthetic option", presented by the Argentine literary critic Walter Mignolo (2012). From the cut of fragments of the novel, it was identified in the proposed reading the ills of coloniality as an aspect that permeates the narrative in several spheres. Beyond fiction, it was understood that the work denounces the social conduct of its time, stigmatized by the colonial political project to which Brazil had been submitted. Finally, it was considered the importance of recognizing the work of Lima Barreto at the present time, since coloniality, as a project of domination by the social imaginary, continues in progress.

Keywords: *Clara dos Anjos*; Decolonial aesthetics; Coloniality.

CLARA DOS ANJOS E A PERSPECTIVA ESTÉTICA DECOLONIAL

Há quase um século, entre dezembro de 1921 e janeiro de 1922, o escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto concluía o romance *Clara dos Anjos*. Um de seus

últimos trabalhos como escritor, dado que ele viria a falecer no mês de novembro daquele mesmo ano. Na apresentação da edição da obra, organizada pela editora Penguin & Companhia das Letras, Beatriz Resende (2012, p. 7) menciona que este romance foi umas das obsessões na vida do escritor, tendo indícios de seu primeiro esboço em 1904 e que foram descobertas postumamente, em anotações de suas cadernetas. A publicação do romance na íntegra só aconteceu em 1948, apenas uma versão em conto fora publicada em 1920, na coletânea da primeira edição de *Histórias e Sonhos*. (SCHWARCZ, 2017, p. 409)

A narrativa tem como protagonista Clara dos Anjos. Descrita pelo autor como uma jovem mulata¹, de dezessete anos, filha única do carteiro e compositor de modinhas, Joaquim dos Anjos; e da dona de casa Engrácia. Logo em princípio, na apresentação da personagem, o narrador adverte que Clara “era tratada pelos pais com muito desvelo, recato e carinho; e a não ser com a mãe ou com o pai, só saía com dona Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava a Clara bordados e costuras” (BARRETO, 2012, p. 46). O motivo era que a mãe, consciente de sua condição social “tinha um enorme temor que sua filha errasse, se perdesse...” (BARRETO, 2012, p. 100).

No segundo capítulo, é apresentado Cassi Jones de Azevedo, descrito como com pouco menos de trinta anos, branco e sardento. Filho de Manoel Borges de Azevedo e Salustiana Baeta de Azevedo. Cassi, segundo a narrativa, é mencionado como um “bandido” por ter “desgraçado mais de dez moças e mais não sei quantas senhoras casadas”. Apesar dos crimes, Cassi era defendido pela mãe, que ao receber a confissão das vítimas, preferia não acreditar, pois “repugnava-lhe ver o filho casado com uma criada preta, ou com uma pobre mulata costureira, ou com uma moça branca lavadeira e analfabeta.” (BARRETO, 2012, p.58).

No quarto capítulo, Cassi conhece Clara na festa de aniversário que os pais lhe organizaram em sua própria casa. A partir deste encontro, a narrativa revela as “sujas” estratégias de conquista engendradas pelo rapaz. Clara entrega-se ao sedutor, apesar das

¹ Na atualidade, os movimentos negros brasileiros refutam o termo “mulata” tanto pela questão linguística (derivação do termo ‘mula’, o animal que surge da cópula de duas raças diferentes), quanto pela questão cultural – a falsa impressão de democracia racial que há no país, associado à representação da mulher negra ou mestiça através do corpo branqueado e hiperssexualizado. (SILVA, 2018, p. 77)

tentativas de censura dos pais, incitadas pela má intuição da mãe e pelas advertências de seu padrinho, Antônio da Silva Marramaque. (BARRETO, 2012).

O enredo da obra se passa no subúrbio carioca. Ao descrever os lugares onde vivem as personagens, a narrativa explicita a precariedade dos modos de vida e denuncia o abandono da administração pública para com a população que ali vivia:

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato. (...) Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro. (BARRETO, 2012, p. 127).

A crítica endossa a exploração promovida pelas classes dominantes que abandonaram o projeto político do Brasil colônia, mas buscaram outras formas de exploração das classes subalternas. Conforme denuncia o autor, a cobrança de altos impostos sem retorno de investimento para grande parte da população, parece ter sido uma das estratégias.

Na biografia escrita por Lilia Schwarcz, *Lima Barreto: triste visionário*, um dos capítulos tem por título *Clara dos Anjos e as cores de Lima*. Nesse, a pesquisadora analisa a narrativa observando as “fronteiras” de cor pontuadas pelo escritor. A autora considera *Clara dos Anjos* como:

o texto de Lima mais voltado para as especificidades dos subúrbios e também o mais preocupado em delimitar as divisões espaciais e simbólicas que por lá se estabeleciam – com fronteiras criadas internamente a partir da cor. Não biológica, mas a cor como construção social, como forma de diferenciar grupos de maneira hierárquica e comparativa. (2017, p. 418)

Tem-se posto: Cassi, homem, branco, descendente de colonizadores; Clara, jovem, descendente de africanos escravizados trazidos para o Brasil no projeto de exploração e invasão de território implementado pelos colonizadores europeus. Tanto Clara, quanto Cassi, ambos moradores do subúrbio carioca - apesar do autor distinguir que Cassi morava em um “subúrbio elegante”. Tais aspectos, promotores do cerne conflitual de *Clara do Anjos*, tornam-se aqui elementos que instigam este estudo. Uma vez que os conflitos interraciais e de gênero, muito além da ficção do início do século

XX, ainda afligem o cotidiano do Brasil na atualidade. No contexto de outrora, o Brasil havia se tornado república a pouco tempo assim como era recente a extinção da escravidão. Nos dias atuais, apesar de todo o processo político-social pelo qual o país percorreu, as feridas deixadas no processo de colonização ainda precisam ser descobertas², pois ecoam em diversas esferas da sociedade.

Destarte, propõe-se aqui uma leitura de *Clara dos Anjos* pela perspectiva estética decolonial, enquanto uma opção³ posta por Walter Mignolo⁴. Segundo o crítico literário, a tarefa da estética decolonial – no fazer artístico e no teórico - é liberar a *aiesthesis*⁵ que foi capturada e regulada pela estética⁶ e que impôs regras ao sentir, ao pensar e ao fazer de um certo modo. Este modelo convencionalizado tende a ser orientado por uma visão de mundo eurocêntrica que permanece influenciando nosso modo de percepção devido a condição da colonialidade que nos é imposta. (2012. p.46)

Já o conceito de colonialidade é trazido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992) e surge em substituição ao termo colonialismo. Como se sabe, esse se findou enquanto projeto político, mas não desapareceu com a independência ou a descolonização dos países dominados dando margem àquele. O sucessor deste processo, o imperialismo, surgiu como uma associação de interesses sociais entre os grupos dominantes (classes sociais e/ou “etnias”) de países desigualmente colocados em uma articulação de poder.

APONTAMENTOS SOBRE A COLONIALIDADE EM *CLARA DOS ANJOS*

A abertura dos sentidos para uma leitura do romance pela perspectiva decolonial vem manifestar uma constelação de signos da colonialidade. Estas revelam-se em diversas esferas do romance que perpassam desde os nomes escolhidos para as personagens, pelo uso de recursos de linguagem e principalmente pelas pontuações

² O termo é utilizado por Mignolo (2012) e está colocado no sentido de algo que está encoberto, por isso enfatiza a ideia por meio da grafia com hífen.

³ Segundo Mignolo (2012), na atualidade a estética decolonial se distingue de pelos menos outras três opções. A pós-moderna e altermoderna – ambas eurocentradas; a desocidentalizante – pensada pelos países asiáticos.

⁴ Walter Mignolo é argentino, doutor em semiótica e teoria literária e professor de literatura na Universidade de Duke, nos Estados Unidos. (GÓMEZ; MIGNOLO, 2012, p.297)

⁵ Mignolo utiliza o termo de origem grega *aiesthesis* para trazer o significado de sensação, ou seja, aquilo que permite a abertura dos sentidos, e estabelece assim, uma diferença com o termo estética (MIGNOLO, 2012, p.38).

⁶ O autor se refere à estética a partir das teorias de Immanuel Kant em *Observações sobre o sentimento do belo e o sublime*, século XVIII. (MIGNOLO, 2012, p.38)

críticas do narrador ao descrever personagens e acontecimentos. Evidente, por exemplo, é a crítica debochada do escritor sobre o segundo nome de Cassi, o “Jones”, em que explica: “Ninguém sabia onde ele o fora buscar, mas usava-o, desde os vinte e um anos, talvez, conforme explicava alguns, por achar bonito o apelido em inglês.” Logo adiante, contradiz:

O certo, porém, não era isso. A mãe, nas suas crises de vaidade, dizia-se descendente de um fantástico Lorde Jones, que fora cônsul da Inglaterra, em Santa Catarina; e o filho julgou de bom gosto britanizar a firma com o nome do seu problemático e fidalgo avô. (BARRETO, 2012, p.57)

O enaltecimento da descendência europeia pelo acréscimo do nome é uma estratégia simbólica que reafirma a personalidade usurpadora de Cassi. Cassi com a assinatura de origem inglesa assume o papel do colonizador, que desde que se instalou no aqui chamado “novo mundo”, é a classe dominante e privilegiada. Por outro lado, o nome Clara parece emblematicamente certa crítica a estratégia eugenista assumida no país pós-abolição. Aspecto que se reafirma pelo fato de que por repetidas vezes no romance, o narrador onisciente alerta sobre o modo como Clara era educada pelos pais. Já no primeiro capítulo, ao descrevê-la, alerta: “fora criada com o recato e os mimos que, na sua condição, talvez lhe fossem prejudiciais.” (BARRETO, 2012, p.82) Em outro trecho, elucida:

Engrácia, cujos cuidados maternos eram louváveis e meritórios, era incapaz do que é verdadeiramente educação. Ela não sabia apontar, comentar exemplos e fatos, que iluminassem a consciência da filha e reforçassem-lhe o caráter, de forma que ela mesma pudesse resistir aos perigos que corria. (BARRETO, 2012, p.101)

Em um aparente desejo de poupá-la, os pais não permitiam que a jovem desenvolvesse uma consciência crítica sobre o contexto social a que pertencia. A consciência será adquirida ao final da narrativa, diante dos fatos já consumados.

Não é apenas na história de Clara que ocorre a denúncia sobre o abuso sexual exercido por Cassi, pois a conduta se revela também na história de outras mulheres no romance. Logo no início, a comovente história de Nair, delata sobre o suicídio de sua mãe devido rejeição da gravidez da jovem por Cassi e Salustiana. Outra vítima é a personagem Inês. Cassi depara-se com Inês, ex-funcionária de sua mãe, passando por um beco enquanto passeia pela região central do Rio de Janeiro. A mulher, ao reconhecê-lo na rua, anuncia aos gritos a perversidade do rapaz, que a abandonou com um filho. Na sequência também denuncia o caráter da mãe: É uma “marvada”, essa mãe dele — uma “veia” cheia

de “imposição” de inglês. Inglês, que inglês...” (BARRETO, 2012, p.182) Nota-se aqui, que o uso repetido do termo “inglês” vem reforçar com deboche a soberba da mãe. A personagem Inês, em sua fala, parece desvendar uma das estratégias simbólicas da colonialidade, que é a exaltação dos valores culturais europeus.

Salustiana, ao confabular que o filho decidiu partir para o Mato Grosso, para trabalhar como operário na construção de uma estrada de ferro, revolta-se: “Cassi está doido e quer nos envergonhar a todos nós, o meu avô que foi cônsul da Inglaterra... Ah! Se ele ressuscitasse — que vexame não passaria!” (BARRETO, 2012, p.176). Essa mesma fala se repete ao final, quando Clara diante da matriarca, clama para que Cassi se case com ela. Tal discurso indicia que a matriarca parece estar muito mais preocupada em preservar a estirpe do que com as más condutas do filho.

Ainda no âmbito das nomenclaturas, o narrador revela a inocente indagação de Clara sobre a índole de Cassi. Diante das advertências de Marramaque e de Margarida, a jovem questiona: “Como ele poderia ser tanta coisa ruim, se frequentava casas de doutores, de coronéis, de políticos?” (BARRETO, 2012, p. 102). A equiparação da boa conduta humana ao título social parece permear até hoje o imaginário da sociedade brasileira, que em semelhante inocência respalda o discurso político-ideológico muitas vezes julgando pelas aparências e pela posição social. O tão conhecido jargão do “cidadão de bem”.

Lima Barreto denuncia a hipocrisia de seu tempo, advinda de uma classe dominante que foge à ética ao julgar pela aparência de forma protecionista. Cassi é beneficiado por isso, apesar dos inúmeros crimes cometidos, o narrador revela: “Até ali, ele contava com a benevolência secreta de juízes e delegados, que, no íntimo, julgavam absurdo o casamento dele com as suas vítimas, devido à diferença de educação, de nascimento, de cor, de instrução.” (BARRETO, 2012, p.130)

Por isso, Lima Barreto ironiza o emprego do termo “doutor” como forma de tratamento indevido, e utiliza aspas para destacar a palavra no texto. No início do primeiro capítulo, ao contar sobre o emprego em um escritório de advocacia que Joaquim dos Anjos conseguira ao chegar ao Rio de Janeiro, destaca: “Viu bem que o “doutor” lhe falava a verdade. Em nota, Schwarcz e Galdino (2012, p.54) explicam:

Lima Barreto coloca “doutor” entre aspas, por conta de sua conhecida ironia para com essa mania nacional de qualquer um se chamar, facilmente, de doutor. Seja pela posse de um título superior ou até mesmo sem diploma. Observava que era uma voga republicana. Se antes a elite era nobiliárquica, agora era feita de “doutores”. O aumento

dos que ostentavam tal título seria um flagelo, segundo Lima Barreto, a ponto de se constituir “uma espécie de teocracia doutoral”. A avidez pelo status dessa categoria fazia com que manipulassem emblemas que passavam a simbolizar sua posição elevada na nova hierarquia social: anéis acadêmicos, fraques, cartolas, chapéus-coco, bengalas com adereços de ouro e prata, relógios com correntes vistosas, pince-nez, peles, polainas, joias, roupas importadas, modos afetados, linguagem rebuscada e toda sorte de pequenos sinais que os distinguiam dos demais.

O destaque na palavra é um detalhe que revela a consciência de Lima Barreto perante o exercício de poder pela via do simbólico em seu tempo e que se respaldava pelas aparências no modo de vestir da classe dominante. O uso do termo na forma de pronome de tratamento vem instaurar uma barreira hierárquica social que prevalece até hoje. Ao traçar as linhas que compõe a colonialidade, Quijano (1991) explica que a dominação cultural pós-colonial não está na simples condição de subordinação de outras culturas em relação à europeia. Mais a fundo, a potência deste domínio está na colonização do imaginário dos dominados.

Ao narrar sobre a história do poeta Leonardo Flores, a questão da colonialidade do saber é retomada de outra forma. O narrador explica que o poeta já “tivera o seu momento de celebridade no Brasil inteiro e cuja influência havia sido grande na geração de poetas que se lhe seguiram” (BARRETO, 2012, p.104), mas naquele momento, devido ao alcoolismo e à desgostos íntimos, havia enlouquecido. Na tentativa de compreender os motivos da decadência do poeta, surge uma explicação: “É “cosa” feita! Foi inveja da “inteligência” dele! — dizia uma preta velha. — Gentes da nossa “cô” não pode “tê inteligência”! Chega logo os “marvado” e lá vai reza e “fêtiço”, “pa perdê” o homem” (BARRETO, 2012, p.105).

O proferir sobre a decadência de Flores revela as dificuldades da classe submetida ao projeto de saber hegemônico, implementado sob discurso da modernidade/racionalidade, em galgar espaços nas atividades intelectuais, mesmo quando detentoras do saber. Por outro lado, na fala citada, uma voz que emana do povo, grafada em português “incorreto”, destaca um outro tipo de saber, o da experiência vivida e que reconhece de modo intuitivo as injustiças sociais. Saber este que, conforme Quijano (1991) foi deslegitimado pelo conhecimento intelectualizado. Com a colonização, a dominação cultural se implementou na sistemática repressão de crenças, ideias, imagens, símbolos e sobretudo, no modo de produção do conhecimento formalizado que se tornou padrão de expressão dominante. A imposição desta produção de conhecimento e

significações limitou o acesso dos dominados, além de estabelecer uma via única de acesso ao poder.

Também no capítulo oito, ao descrever a rotina diária de trabalho de Joaquim dos Anjos, entregando cartas pelos escritórios e casas de comércio na cidade, outro aspecto da colonialidade pode ser percebido:

Vinha tudo isto com nomes arrevesados: franceses, ingleses, alemães, italianos etc.; mas, como eram sempre os mesmos, acabara decorando-os e pronunciando-os mais ou menos corretamente. Gostava de lidar com aqueles homens louros, rubicundos, robustos, de olhos cor do mar, entre os quais ele não distinguia os chefes e os subalternos. Quando havia brasileiros, no meio deles, logo adivinhava que não eram chefes. (BARRETO, 2012, p.155)

O fragmento revela a continuidade de um projeto de sujeição do país à exploração da força de trabalho pelos europeus, ou seja, a continuidade de um projeto colonial, mas que após a Independência implementou-se de forma dissimulada. Confluem com isso, as considerações de Schwarcz (2017, p.421) ao final do capítulo *Clara e as cores de Lima*, em que diz que a obra é “uma plataforma contra os estrangeirismos, as desigualdades de origem, raça, classe e região; uma denúncia poderosa diante das continuidades que não se encerram com a lei que aboliu a escravidão.”

Por último, vale lembrar que em *Clara dos Anjos*, Lima Barreto também traça críticas em torno da dominação cultural por meio de religião. Ao mencionar “os bíblias”, faz uma alusão pejorativa aos protestantes que passam a ocupar o subúrbio e converter adeptos. Esses justificavam a preferência dizendo que os novos profetizadores “não eram como os padres, que, para tudo, querem dinheiro.” (BARRETO, 2012, p. 45) Na citação abaixo, o autor descreve a receptividade da nova seita na comunidade.

O povo não os via com hostilidade, mesmo alguns humildes homens e pobres raparigas dos arredores frequentavam-nos, já por encontrar nisso um sinal de superioridade intelectual sobre os seus iguais, já por procurarem, em outra casa religiosa que não a tradicional, lenitivo para suas pobres almas alanceadas, além das dores que seguem toda e qualquer existência humana. (BARRETO, 2012, p. 45)

Interessante o fato de que o ingresso ao novo atribuía sinal de superioridade intelectual, pois, segundo Quijano (1991), é justamente na ideia de novidade que o discurso em torno da modernidade sustenta sua face oculta, a colonialidade. O narrador aprofunda a crítica ao dizer que “os quais não sabiam muito bem porque foram para tal

novíssima religiõzinha e qual a diferença que há entre esta e a de que vieram.” (BARRETO, 2012, p. 45)

O autor ainda explica que quem chefiava os protestantes era um pregador norte-americano chamado mr. Quick Shays, pertencente a uma “raça curiosa de *yankees*”. Segundo Schwarcz e Galdino (2012, p.54) a descrição era uma crítica do escritor, pois para ele “significava a expansão da dominação ideológica dos Estados Unidos no Brasil”. Partindo do princípio que os Estados Unidos apesar de terem sido também colônia em sua formação, mas que no século XX projetou-se com pretensões imperiais em relação ao sul continental (BALLESTRIN, 2017), Lima Barreto parece assertivo ao apontar uma das facetas da colonialidade por este viés.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A COLONIALIDADE EM *CLARA DOS ANJOS*

“Não somos nada nessa vida” (BARRETO, 2012, p.202), com esta afirmação encerra-se o romance pela voz da jovem protagonista. Em uma tomada de lucidez, Clara abraça a mãe e conclui sobre sua infeliz realidade. Apesar das referidas versões de *Clara dos Anjos* apresentarem elementos narrativos distintos, em todas as versões a mesma questão prevalece: “Clara acaba sozinha e grávida.” (SCHWARCZ, 2017, p.430). Este é o recado de Lima Barreto: retratar, na voz de Clara, as injustiças de seu tempo em um país alavancado pelo falacioso discurso da meritocracia.

Nos recortes escolhidos para a reflexão aqui proposta, entende-se que o romance alerta sobre a construção simbólica de poder no Brasil pós-colonial. Assim como propõe a via estética decolonial na atualidade, o escritor parece convidar a perceber a subalternidade a qual fomos submetidos. Ficando à mercê de uma cultura dominante, eurocêntrica e que deu continuidade em seu projeto de dominação de forma velada.

Reconhecido por uma literatura autobiográfica e militante em que jamais se desvencilhava da experiência social, Lima Barreto talvez tenha tido um prestígio aquém do merecido em seu tempo (SCHWARCZ, 2017). No entanto, na atualidade, a literatura barretiana reluz por meio de outras perspectivas de leituras e nos apresenta um necessário retrato do Brasil, que precisa urgentemente ser revisto para que se adquira consciência das armadilhas da colonialidade.

REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana M. A. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n°2, 2017, p.505-540.
- BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Penguin & Companhia das letras, 2012.
- BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. In. *Contos completos de Lima Barreto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MIGNOLO, Walter. *Lo nuevo y lo decolonial*. In. GOMÉZ, Pedro P; MIGNOLO, Walter. *Estéticas y opción decolonial*. Bogotá: Universidade Distrital Francisco José Caldas, 2012. p. 21-48.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad y Modernidad/racionalidad*. *Perú Indígena*. 1992, v.13, n°29, p.11-20.
- RESENDE, Beatriz. Em defesa de Clara dos Anjos. In: Barreto, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Penguin & Companhia das letras, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia M. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia M; GALDINO, Pedro. In. BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Penguin & Companhia das letras, 2012. Notas.
- SILVA, Liliam. R. da. Não me chame de mulata: uma reflexão sobre a tradução em literatura afrodescendente no Brasil no par de línguas espanhol-português. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 57, n. 1, p. 71–88, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

Data de recebimento: 29/03/2021

Data de aprovação: 10/07/2021